ANÁLISE DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO¹

Sidimara Cristina de Souza²
André Brandão³
Hevenly Mendes Ventura⁴

Introdução

O estudo apresentado tem como objetivo analisar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas voltadas para o segmento no Estado do Rio de Janeiro. Tendo como objeto central agricultores(as) e pescadores(as) do referido estado. A partir da hipótese de que o acesso às políticas públicas voltadas para esse grupo é mínimo e na maioria das vezes, precário. Reafirmando a concepção de uma política pública pobre para pobre.

Para realização da pesquisa foram utilizadas as informações da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Tendo como base, dados fornecidos pelos agricultores familiares para a emissão da declaração no ano de 2018, das mesorregiões do Rio de Janeiro (Noroste Fluminense, Norte Fluminense, Centro-Fluminense, Baixadas, Metropolitana e Sul Fluminense), totalizando o universo de 13.206 cadastros de DAPs ativas. Também foi realizado um levantamento de dados primários por meio da aplicação de 1.667 questionários, divididos em dois perfis: 1.235 agricultores familiares e 432 pescadores artesanais.

Após a sistematização dos dados estruturamos este trabalho articulando o arsenal teórico sobre agricultura família no território brasileiro e os resultados obtidos com o intuito de analisar a realidade fluminense e os diferentes contextos regionais no que diz respeito os(as) agricultores(as) e o acesso às políticas públicas direcionadas para o público em questão.

¹ Trabalho apresentado no XI CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Para citá-lo, inserir como referência os anais do referido evento.

² Doutora em Política Social. Pós-doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal. E-mail: sidi.mara@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8704-7340>.

³ Doutor em Ciências Sociais. Professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Política Social. E-mail: andre.brandao@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9245-0273>.

⁴ Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. [Email: hevenlyanhos@gmail.com](mailto:hevenlyanhos@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4759-2093>.

1. Fundamentação teórica

A agricultura familiar é uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias no meio rural, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar. Para Altafin (2007), agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações. Para a mesma, a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas e ligadas à produção camponesa tradicional.

De acordo com Guanzioli e Cardim (2000), a agricultura familiar vem ganhando novos contornos desde a década de 1990. A modalidade passou a ser identificada como atividade importante e necessária para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, de modo que começou a ganhar reconhecimento social e produtivo, possibilitando a sua inserção na agenda governamental e, conseqüentemente, na elaboração de políticas públicas voltadas para a categoria. Nesse sentido, é importante destacar, conforme afirmam os autores Esquerdo-Souza e Bergamasco (2015), que as políticas públicas voltadas à agricultura antes da década de 1990 tinham como foco os médios e grandes proprietários e desconsideravam a existência e a importância do agricultor familiar.

Para tanto, o governo federal, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com as instituições federais de ensino superior (IFES) concentrou esforços no fomento ao setor com o desenvolvimento e implementação progressiva de ações e projetos que buscasse alterar essa realidade adversa. Tal expressividade pode ser identificada no crescimento de assentados pela reforma agrária (mesmo que em níveis muito abaixo da totalidade da demanda) e na criação de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), hoje conhecido como Programa Alimenta Brasil (PAB). Contudo, apesar do papel estratégico desempenhado, tanto no plano social como no econômico, a agricultura familiar é o segmento agrícola mais descapitalizado, despojado de tecnologia, maquinário e equipamentos disponíveis nas grandes lavouras, sendo também o setor produtivo do campo com maior dependência de terceiros para o transporte.

2. Resultados alcançados

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE 2017, o estado do Rio de Janeiro contabiliza 65.224 estabelecimentos agropecuários, numa área de 2.375.373 hectares. Analisando a utilização dessas áreas, nota-se grande predomínio para pastagem (como ocorre de modo geral no Brasil, com 1.569.996,422 hectares), com matas e as florestas na sequência, correspondendo a 480.926,470 hectares. Contudo, mantém-se ainda a supremacia das pastagens em relação às outras formas de utilização das terras. Do total dessas áreas, as pastagens (naturais, plantadas em boas e más condições) representam 66%; 20% são compostas pelas matas e florestas (naturais, destinadas à preservação permanente ou à reserva legal, e florestas plantadas), apenas 8% são ocupadas pelas lavouras (permanentes, temporárias e área de cultivo de flores) e 6%, por outros, ou seja, pelos sistemas agrofloretais (área cultivada com espécies florestais também utilizada para lavouras e pastoreio por animais) (IBGE, 2018).

Outros dados importantes em relação à agropecuária do estado do Rio de Janeiro compreendem os estabelecimentos que obtiveram algum tipo de financiamento, os tipos de finalidade de financiamento e quais deles foram oriundos do Estado (âmbito federal, estadual ou municipal). Segundo dados do IBGE (2018), apenas 6% (3.700) dos estabelecimentos obtiveram algum tipo de financiamento. Os outros 94% (61.520) dos estabelecimentos agropecuários – a esmagadora maioria – não tiveram acesso a esse benefício, nem a outros tipos de empréstimos. É importante ressaltar que 63% (2.331) dos estabelecimentos agropecuários obtiveram fontes de recursos oriundos de programas governamentais de crédito.

Observou-se que a finalidade de investimento, com 50%, é a modalidade mais utilizada pelos agricultores do estado do Rio de Janeiro. Outra finalidade que merece destaque é o custeio com 36%. As demais finalidades, como a manutenção (com 12%) e a comercialização (com 2%), não apresentaram resultados expressivos, pois parecem menos importantes para os estabelecimentos agropecuários quando comparadas às finalidades de investimento e custeio.

Na pesquisa realizada, 75,71% (187) os pescadores afirmaram possuir a Carteira de Pescador, enquanto 24,29% (60) relataram não dispor do documento, de modo que esses não possuíam cadastro no Registro Geral de Atividade Pesqueira. Outros 185 (42,82% do total geral) não responderam.

No que tange os agricultores familiares no tocante ao cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf, apenas 34,11% (233) declararam possuir a DAP, de modo que a maioria

dos entrevistados, 65,89% (450), declararam não possuir o documento e 552 agricultores (44,7% do total) não responderam esta questão.

Após a análise de registros das DAPs no estado do Rio de Janeiro, foram identificados 30.375 cadastros, sendo que somente 13.206 encontravam-se ativos. De todas as regiões, a Baixada Fluminense foi a região com o menor número de agricultores familiares com a DAP Ativa. Em contrapartida, o Centro Fluminense é a que tem maior cadastros atualizados. Sendo que existia 8.333 agricultores com o cadastro realizado há mais de quatro anos, confirmando a estabilidade na produção.

Verificou-se que a obtenção de crédito entre os entrevistados fica bastante restrita, uma vez que somente 34,11% deles possuem a DAP (233 de 683 que responderam a essa questão), documento exigido para poderem acessar políticas públicas de crédito produtivo e de investimento. Cumpre ressaltar que a maior parte dos entrevistados não acessou o crédito do Pronaf no último ano-safra. Isso pode explicar o aparente descuido ou desinteresse por parte dos agricultores familiares em relação à sua DAP.

Dentre os agricultores familiares entrevistados, apenas 6,96% (86) afirmaram ter acessado crédito rural no último ano. Dentre eles, 92,94% (79) acessaram o crédito do Pronaf. Destes, 62,03% (49) contraiu o crédito para custeio e 22,78% (18), para investimento. Além disso, poucos entrevistados (18,95%, 234 agricultores) informaram possuir implementos agrícolas ou máquinas para a exploração agropecuária.

No que tange assistência técnica, a maioria dos agricultores familiares (78,47% - 205) não obteve serviço da Assistência Técnica Rural - ATER no decorrer de doze meses e apenas 21,53% (747) receberam esse auxílio no mesmo período. Entre os pescadores, essa situação se agrava ainda mais, pois 96,28% (362) deles não receberam nenhum tipo de assistência técnica e apenas 3,72% (14) conseguiram acessar o serviço. O tempo dos entrevistados em sua propriedade pode ter influência direta na falta de recebimento de serviços de ATER, fato que parece estar atrelado ao entendimento equivocado dos gestores públicos. Para esses agentes, os agricultores familiares e pescadores só devem ter acesso ao serviço de assistência técnica nos primeiros anos da implantação e consolidação das suas unidades produtivas. Entretanto, a universalização da ATER deve ser direcionada permanentemente para todos os empreendimentos da agricultura familiar e pesqueira. Não pode estar limitada ao tempo ou ao estágio em que se encontram esses atores, uma vez que a agricultura é uma atividade em constante desenvolvimento e aprimoramento.

Conclusões

Os instrumentos metodológicos apresentados possibilitaram diagnosticar que no estado do Rio de Janeiro, 24,29% dos pescadores entrevistados não possuíam a Carteira de Pescador e 42% não souberam responder sobre a questão, o que leva a induzir a desinformação sobre o documento. Já o cadastro da DAP, apenas 34,11% dos agricultores familiares entrevistados informaram possuir o documento.

O PAA é de fundamental importância para a inclusão social de trabalhadores. Sendo que o programa possui expressiva abrangência no estado do Rio de Janeiro, ainda que possua limitações (como costuma ser com as políticas públicas no geral). Já o PRONAF é uma ação primordial para o desenvolvimento local e da agricultura familiar contribuindo para a geração de renda e aumento da produção agrícola familiar.

Os investimentos realizados na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER, no estado do Rio de Janeiro, não foram capazes de garantir a prestação de serviço de assistência técnica rural com qualidade e quantidade suficientes para atender aos agricultores familiares e pescadores, público-alvo da política pública em questão.

Conclui-se que o número de políticas públicas existentes para os agricultores familiares é significativo, ainda que seja precário o acesso a elas por seu público-alvo. Essas políticas públicas, como visto, tendem a contribuir com o reconhecimento dos agricultores e das agricultoras familiares como sujeitos de importância para o desenvolvimento socioeconômico das regiões nas quais atuam.

Referências

- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.
- ESQUERDO-SOUZA, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o Pronaf nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.
- GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. (coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, fev. 2000. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>. Acesso em: jul. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.